

# POLÍCIA COMUNITÁRIA: DEFINIÇÕES E IMPLANTAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

COMMUNITY POLICE: DEFINITIONS AND IMPLANTATION IN THE MILITARY  
POLICE OF THE STATE OF GOIAS

PEREIRA, Gilberto Gonçalves<sup>1</sup>

SILVA, Vinícius dos Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral apresentar o processo de implantação da filosofia de polícia comunitária no Estado de Goiás, por meio de um estudo de caso na comunidade do 13º Comando Regional de Polícia Militar (CRPM) localizado na cidade de Posse no estado de Goiás. A metodologia utilizada teve sua base em questionários aplicados tanto para os policiais das áreas estudada como para os integrantes do conselho de segurança. Os resultados mostraram que mesmo com a falta de efetivo policial houve um crescente entrosamento entre polícia e comunidade fato que se deve a polícia goiana adotar um procedimento operacional padrão onde tem a finalidade de padronizar todas as ações policiais por todo o estado posteriormente implantou na sua grade curricular nos cursos de formação e especialização o curso de polícia comunitária tornando a filosofia de serviço institucionalizada. Notou-se a falta de cooperação entre membros dos Consegs, sugere-se para as próximas pesquisas sobre o assunto estudar as dificuldades da troca de informação entre membros dos Consegs.

**Palavras-chave:** Polícia. Policiamento comunitário. Polícia comunitária Conselho de segurança. Comunidade.

## ABSTRACT

The present article has as general objective to present the process of implementation of the community police philosophy in the State of Goiás, through a case study in the community of the 13th Military Police Regional Command (CPMR) located in the city of Posse in the state of Goiás. The methodology used was based on questionnaires applied to both police officers in the areas studied and members of the security council. The results showed that even with the lack of effective police there has been a growing entanglement between police and community fact that is due to the police gov't adopt a standard operating procedure where it aims to standardize all police actions throughout the state subsequently deployed in its grid curricular in the training courses and specialization the community police course making the service philosophy institutionalized. It was noted the lack of cooperation between members of Consegs, it is suggested for the next researches on the subject to study the difficulties of the exchange of information between members of Consegs.

**Keywords:** Police. Community policing. Community Police. Security Council. Community.

## 1 INTRODUÇÃO

1 Aluno do Programa de Pós-Graduação e Extensão Curso de Formação de Praças, Turma A, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás- CAPM, [gilbertomix@yahoo.com.br](mailto:gilbertomix@yahoo.com.br)

2 Professor orientador: Cabo PM Vinícius, Graduado em História(UFG), Graduado em Direito (UniRV), e Especialista em Políticas Públicas e Gestão em Segurança Pública(Estácio de Sá), Professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do comando da academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), [viniciussansi@hotmail.com](mailto:viniciussansi@hotmail.com), Rio Verde – GO, Junho de 2018.

Em pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, referente ao ano de 2015, os dados foram apresentados no segundo semestre de 2017 pelo jornal eletrônico G1 pertencente ao grupo Rede Globo de Comunicações, a pesquisa revelou que quatro cidades do Estado de Goiás estão entre as trinta mais violentas do Brasil (RESENDE, 2017).

Esses dados são alarmantes, uma vez que demonstram o crescimento da violência e criminalidade, colocando a população, bem como os gestores públicos em situação de medo e desconforto, tornando-se assim uma questão de urgência pública. Neste sentido, para combater e prevenir essa crescente sensação de insegurança, as instituições policiais brasileiras vêm aplicando medidas que visam manter em níveis aceitáveis o controle da criminalidade. Em contrapartida o Estado de Goiás no ano de 2011 criou o Comando Especial de Divisas em vários municípios (FREITAS, 2011). O objetivo é formar por meio de tropas e viaturas especializadas uma linha de defesa e controle nas divisas do Estado.

Contudo, os modelos tradicionais, cujo foco é a ação reativa por meio da repressão, demonstraram-se limitados na prevenção do crime, somando a isto, a desproporcionalidade dos recursos humanos e materiais investidos em relação aos resultados obtidos, é notória a disparidade, além do crescente questionamento sobre a legitimidade e eficiência das ações policiais.

Portanto, é indispensável a urgência na elaboração e aplicação de políticas de segurança pública, as quais sejam pautadas nos preceitos de direitos humanos, tendo como inspirações os modelos de sucesso aplicados em outros países.

Desta forma, este trabalho tem como finalidade apresentar o processo de implementação da filosofia de polícia comunitária no Estado de Goiás, por meio de um estudo de caso na comunidade do 13º Comando Regional de Polícia Militar, (CRPM) localizado na cidade de posse no estado de Goiás. Tal filosofia já demonstrou resultados satisfatórios e reconhecidos em outros Estados Brasileiros adeptos a implementação desse modelo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Com as recentes transformações que o Brasil passou nos últimos anos de sua história, tais como a reabertura democrática e a promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, trouxeram novas experiências para o texto constitucional como a

ampliação do caráter de cidadão, segundo Da Cunha (2009) o que está expresso no preâmbulo é a afirmação para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício das Garantias e Direitos Fundamentais e Sociais, tais como a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça.

E um fator marcante desta Constituição (BRASIL,1988) é a divisão entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e do Distrito Federal a responsabilidade pela Segurança Pública, explicitando as missões de cada órgão descrito assim no seu artigo 144.

**Art.144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I- polícia federal;

II- polícia rodoviária federal;

III- polícia ferroviária federal;

IV- polícias civis;

V- polícias militares e corpos de bombeiros militares.

E no tocante ao § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil (BRASIL,1988).

Deste modo, instituiu a legitimidade da Polícia Militar (PM); administrativa; Polícia Civil (PC) e Judiciária. O foco deste trabalho consiste nas novas filosofias de trabalho implantadas que tiveram melhor aceitação nas instituições militares. Nesta ótica Bordin (2009) atesta que:

As Polícias Militares no Brasil iniciaram um processo de mudança com relação às ações de policiamento ostensivo, buscando uma adequação aos modelos internacionais de policiamento comunitário, porém os índices de letalidade nas ações policiais continuaram crescendo, contrariando a ideia inicial desse tipo de policiamento que, em tese, deveria aproximar-se da população e promover a redução dos índices de violência policial a níveis toleráveis(BORDIN, 2009, p.1)

Portanto, foi necessário um modelo que se adequasse à nossa realidade, e dentre muitos estudiosos dessa filosofia de trabalho estaria o pioneiro das reformas policiais, o Sargento Robert Peel, fundador da polícia inglesa Scotland Yard no início do século XIX, considerado um dos primeiros movimentos de reforma da polícia no mundo. Nessa época já eram defendidos os princípios norteadores ainda presentes, as quais permeiam as Instituições Policiais mais desenvolvidas. No ensinamento de Marcineiro (2009) são estes princípios: i) o diálogo com a sociedade; ii) a aprovação do público quanto ao poder da operação; e iii) a sua imparcialidade do serviço policial servindo às pessoas sem considerar suas riquezas ou estamento social.

A base dessa filosofia reside na premissa que o uso da força deveria ser privilégio do

cargo e não um mero modelo de policiamento. Assim, em 1829 surge a primeira polícia financiada pelo Poder Público, a Polícia Metropolitana de Londres, acompanhada de um novo modelo de policiamento, o comunitário. Percebe-se que os princípios de Peel ainda são amplamente utilizados, principalmente as formas de prevenir o crime e a desordem, sendo a “interação com a sociedade” o carro chefe da política de atuação, apoiada na máxima de que “a polícia é o público, e o público é a polícia” (ROLIM, 2009).

De acordo com os autores Trojanowicz e Bocqueroux (1994) entende-se por policiamento comunitário uma filosofia de policiamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial patrulha e trabalha na mesma área numa base permanente, a partir de um local descentralizado, trabalhando numa parceria preventiva com o cidadão para identificar e resolver os problemas. Sendo esse o modelo atualmente usado no Estado de Goiás, semelhante ao modelo Koban implantado no Japão.

É perceptível que algumas estratégias não surtiram efeito conforme planejado, pois o discurso dos Governos Estaduais no tocante a modernização da Segurança Pública, em todo o Brasil, limita-se à aquisição de novos carros, motocicletas, armas mais modernas e equipamentos tecnológicos de controle (GOLDSTEIN, 2003; ZAVATARO, 2007), estratégia implantada no Estado de São Paulo sem grandes resultados.

As mudanças propostas na Secretaria de Segurança Pública, principalmente na atividade policial, estão baseadas na premissa de que a eficácia, eficiência e efetividade de uma política de prevenção do crime e produção de segurança estão relacionadas à existência de uma relação sólida e positiva entre a polícia e a sociedade, principalmente respeitando aos princípios dos Direitos Humanos (SOARES, 2006; SOUSA, 2015).

Como descreve o caput do Art. 144 da CF/1988, a Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sabe-se que temos nossa parcela de contribuição para uma ordem pública. Isto significa o reconhecimento de que a gestão da Segurança Pública não é responsabilidade exclusiva da polícia, mas da sociedade como um todo, o que vai ao encontro da filosofia de Polícia Comunitária, Direitos Humanos e do próprio texto constitucional brasileiro (TROJANOWICZ, 1994; SOUSA, 2013).

A polícia comunitária iniciada com os princípios de Sr. Robert Pell e conceito de Trojanowicz e Bocqueroux (1994), ganhou cada vez mais espaço dentro das Polícias Militares de todo Brasil com amplo apoio do Governo Federal. O Estado de Goiás é um dos pioneiros em adotar a filosofia nos seus diversos cursos de formação, atualização e aperfeiçoamento. Alguns projetos foram experimentados, com destaque ao policiamento implementado no 9º

Batalhão de Polícia Militar (BPM), após a criação do 14º Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), cujo projeto teve méritos reconhecidos nacionalmente, inclusive tendo alcançado a primeira colocação no Concurso Motorola de Projeto de Polícia Comunitária, no ano de 2005 (SENASP, 2013). O grande sucesso até hoje no Estado de Goiás, deve-se ao policiamento comunitário tornar-se padrão da instituição, pois conforme a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), esse modelo de policiamento não é uma modalidade ou uma ação especializada dentro da instituição, mas a Filosofia aplicada na gestão da corporação.

Nesse sentido, pode-se identificar a inteligência do programa goiano se atrelando a características reconhecidas universalmente da polícia comunitária, que garantiram o sucesso da filosofia implantada que são eles: i) Redefinição estratégica; ii) comprometimento; iii) policiamento gerencial; iv) parceria; v) confiabilidade; e vi) setorização (SENASP, 2013).

O professor e Ex Secretário de Segurança Pública de Goiás BALESTRERI (2011), aponta que a descontinuidade do policiamento comunitário gera um descrédito da polícia perante a sociedade, e a não institucionalização que entende que a mudança de comando para o trabalho oferecido são fatores que geraram o fracasso em algumas instituições implantadas.

Mas nem tudo ocorreu a contento na primeira tentativa de implantação da filosofia com os policiais Goianos. Para tornar o policial um mobilizador social e fazê-lo interagir com a comunidade, conhecendo os problemas e trabalhando juntos pra solução desses, rompendo a barreira da nova filosofia de trabalho, para que o profissional de segurança seja proativo, e esteja de ouvidos atentos e olhos voltados para a comunidade, este deve desenvolver sua capacidade de empatia e relacionamento interpessoal. A forma encontrada para a implementação dessa filosofia foi a capacitação do policial, solução essa que só foi possível pelo meio de introduzir nos cursos de formação de policiais a disciplina policial comunitária já preparando o policial desde sua origem (BALESTRERI, 2011). Assim, todos os municípios do Estado foram atingidos e como fruto desse trabalho obtiveram os índices de criminalidade cada vez mais baixos, sendo os resultados reconhecidos e premiados nacionalmente.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa em questão tem por objetivo verificar a eficácia da implantação da filosofia

da polícia comunitária e seus programas, para observar, analisar, registrar e correlacionar fatos e fenômenos. Observando o sentimento daqueles envolvidos direta ou indiretamente, bem como alterações na estrutura organizacional nos entes responsáveis por promoverem a segurança pública na comunidade do 13º Comando Regional de Polícia Militar (CRPM) localizado na cidade de posse no estado de Goiás por meio de um estudo de caso.

### 3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Como afirma GIL (1999), esta pesquisa é de cunho descritivo, pois é possível retratar as características de determinado grupo ou fenômeno desse grupo, objetiva-se com esse estudo catalogar pontos de vista, condutas e crenças de um povo visando uma aplicação prática.

### 3.2 MÉTODOS DE ANÁLISE

A metodologia para análise dos dados é qualitativa, pois segundo MARCONI e LAKATOS (1999) está baseada na presença ou ausência de alguma qualidade ou característica sendo uma preocupação das medidas qualitativas responder questões do tipo “como” E não “quanto” como é na quantitativa.

Os dados foram captados através de questionário de perguntas semiestruturadas, desenvolvidos e enviados diretamente nas redes sociais dos entrevistados com assuntos direcionados, e serão analisados por meio de tratamento estatístico, sendo alguns dos resultados disponibilizado em forma de gráficos.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população estudada é composta de líderes comunitários, que integram as diretorias dos conselhos comunitários de segurança e policiais da comunidade.

### 3.4 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra pode ser definida não probabilística intencional, pois para MARCONI e LAKATOS (1999) o pesquisador está interessado na opinião, ação e intenção, dentre outras

características de indivíduos específicos de uma população, mas não representativo dela. Isto quer dizer que o critério de seleção dos indivíduos de representação basicamente é dado pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social que os levarão a exercer funções de líderes de opiniões na comunidade das quais fazem parte.

Está demanda tem como universo dois grupos, sendo o primeiro composto por membros da Diretoria do conselho Comunitário de Segurança (conseg) e o segundo por Policiais Comunitários do 13º Comando Regional, pertencente as áreas de atuação dos conseg, sendo eles localizados nas cidades de: Alvorada do Norte, Simolândia e posse. As outras cidades de responsabilidade do policiamento do universo de estudo que possuem conseg em funcionamento, não serão pesquisados devido à insuficiência de meios.

Estes Grupos se distribuem da seguinte maneira:

a) Diretoria do Conselho Comunitário – Entrevistados 21 membros na área de atuação dos 3 Conseg. Frisando que somente foram entrevistados os membros que efetivamente cumprem com as suas funções perante a comunidade, independente do número de diretores integrantes. Atualmente fazem parte 7 diretores por conseg.

b) Policiais Comunitários – Foi considerado que todos os policiais pertencentes a 13º Comando Regional são Comunitários que atualmente constam com efetivo total de 120 policiais. Pressupõe-se que mesmo não entrevistando os conseg das demais cidades, a entrevista dos policiais que são membros natos dos conselhos da comunidade que trabalham, já tem os dados suficientes para a pesquisa.

### 3.5 QUESTIONÁRIO

A construção do questionário aplicado deriva de um processo de melhoria e adaptações de um já aplicado em estudo sobre polícia Comunitária por CARVALHO (2004) sendo fruto de revisões necessárias para a localidade da pesquisa, com isso evitando ambiguidade, dupla interpretação, ou tendência nas perguntas garantindo assim clareza no entendimento, estabelecendo uma ligação com o problema e ou objetivo da pesquisa. Ainda consta com questionários distintos para os dois públicos como descrito abaixo.

## 4 RESULTADOS

Essa pesquisa foi realizada tendo como norte a Polícia comunitária, com ressaltos a forma de sua implantação na comunidade estudada, além disso verificando se há parceria entre a

polícia e a comunidade.

Como foi descrito anteriormente, a pesquisa foi dirigida a 2 grupos distintos. Portanto os questionários serão apresentados distintamente onde o primeiro a ser analisado será o dos Policiais Comunitários e por último o do Conselho comunitário de Segurança.

Os dados obtidos que apresentam uma diversidade maior de informações serão apresentados em forma de gráfico e na ordem da sequência que os entrevistados responderam as perguntas os demais serão apresentados na expressão de porcentagem.

#### 4.1 QUESTIONÁRIOS POLICIAIS COMUNITÁRIOS

##### 4.1.1 Perfil dos entrevistados

Dos Policiais entrevistados, 10% são do sexo feminino e 90% do sexo masculino. Referente a idade tem se diversidade de faixas etárias que, 10% de 18 a 30 anos, 30% de 30 a 40 anos, e a maior representatividade 60% afirma terem acima de 40 anos.

Todos os policiais pertencem a polícia militar, onde que 70% relatam que sua comunidade está inserida na classe social media enquanto 30% avaliar como baixa a classe social a que trabalham. A classe social alta não foi citada por nenhum dos policiais.

##### 4.1.2 Analise do questionário policial comunitário

Pergunta 1 – Você participou de algum curso preparatório para ser um policial

Comunitário? Esta pergunta tinha o objetivo de verificar se o policial foi capacitado para trabalhar na área a qual pertence. Dos pesquisados 70% afirmam que tiveram curso preparatório para exercer a função de policial comunitário. Aos que responderam afirmativamente temos que: 71,4% participaram de do Curso Polícia Comunitária, 21,4% participou do Curso de aperfeiçoamento profissional para promoção e teve a disciplina na grade curricular e 7,1% de palestra sobre policiamento comunitário.

Pergunta 2 – Você é avaliado pelo serviço que realiza? Dos entrevistados 25% responderam negativamente e dos 75% que afirmaram serem avaliados, 87,5 relatam ser pela própria Corporação e a comunidade, e 6,3% pelos resultados dos projetos e com relação pelo respaldo da comunidade e por fim 6,3% pelo próprio Conseg e superiores.

Pergunta 3 – Você, como policial comunitário, tem tempo suficiente para desenvolver



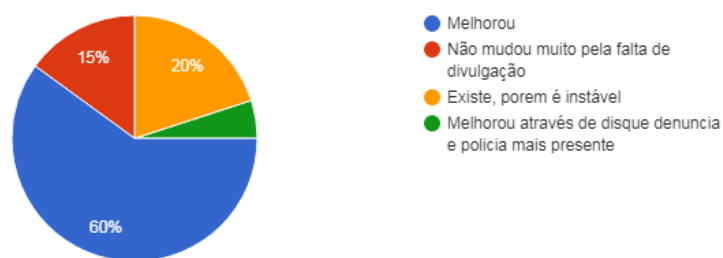
um relacionamento de confiança mútua com as pessoas da comunidade e para gerar esforços preventivos? Procurou saber com essa pergunta se no exercício de sua função o policial comunitário dispõe de tempo pra gerar esforços preventivos e desenvolver relacionamento de confiança recíproca com a comunidade, observou se que 65% responderam afirmativamente e 35% alegam não dispor de tempo para tal atividade e alegam a falta de tempo por 40% trabalharem administrativamente, 30% não coincide horários de serviço com os horários da comunidade e 30% relatam a falta de tempo com a contínua interação dentro do próprio local de trabalho.

Pergunta 4 – Sua comunidade já recebeu orientações a respeito da polícia comunitária? Ao serem Questionados 95% dos policiais disseram que sim e 5% alegam que a comunidade não recebeu nenhuma informação sobre o policiamento comunitário, e ao indagar oque faltava para que a comunidade recebesse tal orientação responderam 66,7% que a equipe comunitária tinha que fazer a visita e 33,3% que seria necessário uma ordem de serviço.

#### Pergunta 5 – Gráfico 1

5 – Como ficou o contato entre a polícia e a comunidade após a implantação do policiamento comunitário?

20 respostas



**Gráfico 1-Fonte: Dados do Questionário Policial Comunitário**

Verifica-se que 65% responderam que melhorou 20% afirma que até existiu porém instável.

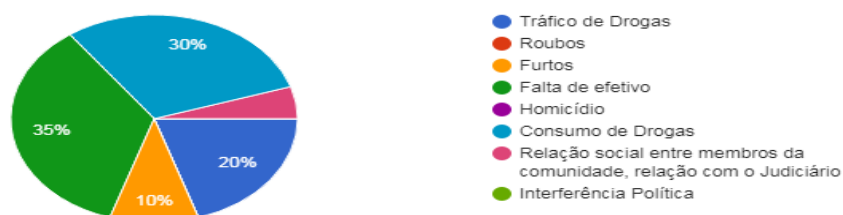
6 – Você observou melhora na Segurança de sua comunidade após a implantação da polícia comunitária? Dos policiais pesquisados 85% afirmaram perceberem melhoras na comunidade que trabalham isso reafirma os 65% da questão anterior que disseram que agora tem um melhor contato com a comunidade, e 15% afirmam que não perceberam melhora na comunidade após a implantação da polícia comunitária. E aos que responderam afirmativamente a forma que os entrevistados perceberam essa melhora que 66.7% está

relacionado a ter o controle e prevenção da criminalidade já os 33,3% restante dizem está associado com o fato de a polícia está muito mais atuante.

#### Pergunta 7 – Gráfico 2

7 - Quais os problemas referentes a segurança pública na comunidade que você atua?

20 respostas



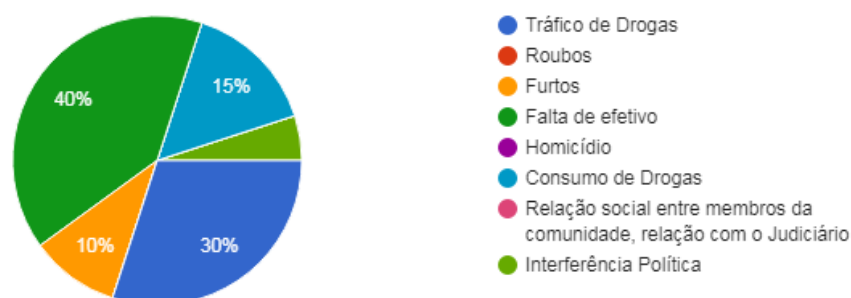
**Gráfico 2 – Fonte: Dados do Questionário Policial Comunitário**

Essa pergunta objetiva saber quais os problemas de segurança pública que ocorre na área de atuação, Reconhece ser a falta de efetivo ser um dos maiores problemas enfrentados seguindo logo após do consumo de drogas e posterior tráfico de drogas.

#### Pergunta 8-Gráfico 3

8 – Dos problemas expostos, quais os que você considera que devam ser resolvidos primeiro em sua área de atuação?

20 respostas



**Gráfico 3 – Fonte: Dados do Questionário Policial Comunitário**

Nota-se que diante dos problemas expostos no gráfico 3 a falta de efetivo aparece como sendo um dos primeiros problemas a ser enfrentado seguido do tráfico de Drogas na área de atuação dos policiais.

Pergunta 9 – Os problemas de segurança da comunidade que você atua, melhoraram ou foram resolvidos em vista da parceria da polícia com a comunidade?

Dos entrevistados 80% afirmam que a melhora percebida se deve a existência da polícia

e a comunidade, enquanto que 20% disseram não notarem tal fato. Dos que responderam afirmativamente 62,5% se dar ao fato de maior entrosamento entre polícia e comunidade seguido de 25% que notaram as melhoras mas de forma lenta e 12,5% se dar ao apoio da comunidade no disque denuncia.

## 4.2 QUESTIONÁRIO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

### 4.2.1 Perfil dos entrevistados

Dos Membros entrevistados, 50% são do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Referente a idade tem se uma uniformidade onde concentra se a partir dos 39 anos.

Todos os membros pertencem ao conselho porém obteve se uma taxa de retorno dos questionários muito baixa se observado o número total de membros fato esse segundo relatos da presidente do conseq de Alvorada do norte se deve a alguns membros estarem presentes somente no papel e não desempenharem suas funções como deveriam por já estarem bem atarefados com questões pessoais, onde que 70% relatam que sua comunidade está inserida na classe social media enquanto 30% avaliar como baixa a classe social a que trabalham. A classe social alta não foi citada por nenhum dos membros.

### 4.2.2 Análise do Questionário Policial Comunitário

1-Você faz parte de alguma liderança comunitária? Em unanimidade responderam afirmativamente, frisando que lideranças comunitárias consideraram indivíduos formadores de opinião, participantes de grupos sociais, padres e etc, com grande admiração da comunidade, constata que além de participar do conselho ainda participam de ações visando a melhoria dos bairros onde moram.

2 – Você conhece todos os líderes comunitários da área de atuação do Conseg?

Novamente temos unanimidade mas dessa vez na resposta negativa onde que nem os presidentes conhecem efetivamente todos os lideres Comunitários atuante na área do conseq.

2.2 – Se sua resposta foi negativa na questão 2, o que está faltando para que isto ocorra? Indagados nota que falta entrosamento e maior participação dos lideres comunitários.

3 – Há alguma interferência externa na condução dos trabalhos do Conseg?

Resposta foi negativa afirmando que não a influências nas decisões do conselho

4 – A polícia comunitária tem como base central a relação entre a polícia e a comunidade. Você percebe se existe esta relação em sua comunidade? Os membros do conselho reconhece essa relação de parceria.

4.2 – Se afirmativo na questão 4, de que forma? E a forma que evidencia essa parceria segundo os membros é nas reuniões com colégios, participação de reuniões nas comunidades.

5 – Como ficou o contato entre a polícia e a comunidade após a implantação do policiamento comunitário? Nota – se que houve a mudança melhora do contato entre polícia e comunidade

6 – Você observou melhora na segurança de sua comunidade após a implantação da polícia comunitária? Resposta afirmativa que aconteceu melhoras significativas.

6.2 – Se afirmativo na questão 6, de que forma? E essa melhora se dar através da polícia mais atuante, trabalho preventivo e prisões.

7 – Quais os problemas referentes a segurança pública de sua comunidade? Elegeram o tráfico de drogas como um dos problemas mais preocupantes na comunidade

8 – Dos problemas expostos, quais os que você considera que devam ser resolvidos primeiro em sua comunidade? O tráfico de drogas

9 – Os problemas de Segurança na comunidade da qual você atua, melhoraram ou foram resolvidos em vista da atuação policial? Obteve dos entrevistados resposta afirmativa 100% que as melhoras se deve a atuação policial.

9.2 – Se afirmativo na questão 9, de que forma? Essa forma está associada a maior participação policial nas Comunidades.

10 – O que você acha que está faltando em sua comunidade para que obtenham mais segurança e melhor qualidade de vida? Em 100% relaciona mais segurança com mais policiais nas ruas, maior participação da comunidade.

11 – Existe algum tipo de dificuldade para o encaminhamento ou resolução de Problema que vem ao conhecimento do Conseg? Reconhecem haver dificuldades em resolver algumas questões do conseg.

11.2 – Se afirmativo na questão 11, qual seria? E essa dificuldade está relacionada na disposição de tempo dos membros.

## 5 DISCUSSÃO

Ao analisar ambos os grupos entrevistados temos a primeira similaridade, 70% concordam que sua área de atuação é composta pela classe media. Pode se notar esforços de

ambos os lados pra melhoria da segurança na comunidade, fato que evidencia que, além de membros do conselho de segurança, muitos deles também fazem parte de alguma liderança nas suas comunidades quanto a contrapartida dos policiais, 70% afirmam terem participado de curso preparatório pra se tornar um policial comunitário, logo nota se uma preocupação do Estado com a formação técnica dos policiais, ainda 75% afirmam serem avaliados pelos serviços que realiza sendo 87,5% pela própria instituição militar. Contudo, temos uma controvérsia de ambos os grupos pois os membros dos conseg não conhecem todos os líderes comunitários que fazem parte da sua comunidade e argumentam que fato se deve por falta de participação desses nas reuniões do conselho, já os militares, mesmo afirmando que 95% da comunidade recebeu orientação sobre a polícia comunitária 35% alegam a falta de tempo pra executar o serviço.

Há uma concordância maior em que 85% dos grupos pesquisados afirmam que notaram melhora na segurança e no contato entre polícia e comunidade, ver gráfico 1, após a implantação do policiamento comunitário resultado que ambos os grupos atribui a maior sensação de segurança somando a isso o controle e prevenção da criminalidade com esse resultado comprova o que SOARES, 2006; SOUSA, 2015 revelou nas suas pesquisas. No Gráfico 2 nota se o principal problema nas comunidades onde 50% dizem ser as drogas. Seguido de 35% já acham que é a falta de efetivo policial e percebe se outra concordância quando perguntado qual problema deveria ser resolvido primeiro ver gráfico 3, a falta de efetivo recebeu 40% dos votos, fica claro se observamos a pergunta 10. Pois o conseg associa segurança e melhor qualidade de vida a mais policiais trabalhando nas ruas, mesmo os militares declarando sofrerem com a falta de efetivo ambos concordam em 80% que os problemas de segurança na comunidade melhoraram ou foram resolvidos em vista da parceria da polícia com a comunidade.

## **6 CONCLUSÃO**

Há décadas, Governos vêm buscando medidas eficientes e eficazes para combater a violência e a criminalidade, que foi a responsável pela crescente sensação de insegurança nas sociedades, modelos com foco reativo, isto é, a resposta que a polícia dá a um fato ou ação delituosa depois que ocorrido. Este modelo mostrou-se ineficaz diante da contínua evolução e aumento populacional comprovado anteriormente por pesquisa realizada por Bordin (2009), somando a isto a banalização e cultura da violência confortavelmente instalada na sociedade Brasileira.

Diante disso, este trabalho tem como finalidade estudar o processo de implantação da polícia comunitária no Estado de Goiás, com um estudo de caso na comunidade anteriormente citada por meio de uma pesquisa de campo, tendo por objetivo saber como se dá esse processo de implementação da filosofia e a estratégia que esse sistema tem a oferecer, pois o modelo reativo tem como função repreender o criminoso em vez de evitar que o delito aconteça.

Assim, se pode verificar que a polícia goiana adotou um procedimento operacional padrão onde tem a finalidade de padronizar todas as ações policiais por todo o estado posteriormente implantou na sua grade curricular nos cursos de formação e especialização o curso de polícia comunitária tornando a filosofia de serviço institucionalizada o que comprova a declaração da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2013) que diz que esse modelo de policiamento não é uma modalidade ou uma ação especializada dentro da instituição, mas a Filosofia aplicada na gestão da corporação. A nova filosofia, a ser seguida por todos, é pautada no relacionamento entre polícia e sociedade, onde trabalhando em parceria conseguirão chegar numa solução para os problemas enfrentados pela sociedade.

Foi verificado através da pesquisa, que a comunidade está inserida na classe média, fato que pode ser um propulsor na busca do desenvolvimento intelectual da referida comunidade, pois nota-se um alto grau de instrução nos membros do conselho e que muitos fazem parte de mais de uma liderança mostrando seu comprometimento com a qualidade de vida da sociedade a qual pertencem. Em contrapartida, o efetivo policial se revela extremamente técnico com aperfeiçoamento profissional constante dos servidores, embora muitos deles relatem a falta de tempo pra exercerem suas atividades para as quais foram capacitados. Afirmam ainda que passa por processo de avaliação pelo serviço prestado, medida essa, que visa garantir os princípios que guiam a administração pública.

A pesquisa ainda revela a falta de efetivo policial, e que o quantitativo atualmente disponível não é suficiente para as várias frentes de serviço a serem empregadas. Os conselhos relatam ainda, a necessidade de mais policiais nas ruas, pois segundo eles, a figura do profissional fardado nas ruas já coíbe o crime, problema este que será amenizado com o término do curso de formação de praças em 18 de outubro do corrente ano, onde esses novos 81 militares serão divididos pra reforçarem o policiamento da região.

Portanto, em virtude dessas considerações, visualiza-se um crescente entrosamento entre polícia e comunidade na área estudada, que segundo a filosofia do policiamento comunitário é a característica fundamental para o sucesso. Todavia, para trabalhos futuros orienta-se o estudo que gera a falta de cooperação entre membros dos Conselhos. Com isso, em

vez de responder ao crime somente depois que ele ocorre, o policiamento comunitário encoraja as agências a desenvolver proativamente soluções para as condições subjacentes imediatas que contribuam para os problemas de segurança pública. A resolução de problemas deve ser infundida em todas as operações policiais e orientar os esforços de tomada de decisão. As agências são encorajadas a pensar de maneira inovadora sobre suas respostas e ver as prisões como apenas uma de uma ampla gama de possíveis respostas.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos: coisa de polícia. 3. ed. rev. amp. Porto Alegre: Edições CAPEC, 2003.

BORDIN, Marcelo. POLÍCIA COMUNITÁRIA: entre a retórica do estado e a prática. Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina. Curitiba: PUCPR. Março 2009. p. 349-368.

BRASIL, SENASP. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, 5ª Edição, 2013.

CARVALHO, Karla de Oliveira. A implantação do modelo de Polícia Comunitária no Brasil: Um estudo de caso na comunidade da Grande Forquilha. Santa Catarina, 2004.

DA CUNHA, Dirley Junior, Curso de Direito Constitucional, 3ª ed. São Paulo, 2009. 140p.

FREITAS, João Gabriel de. "SSP lança comando especial de Divisas em cinco cidades" A Redação. 14 de Dezembro 2011. Disponível em: <<http://www.aredacao.com.br/noticias/6231/ssp-lanca-comando-especial-de-divisas-em-cinco-cidades>>. Acesso em 2 de Fevereiro 2017.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma Sociedade Livre. São Paulo: Edusp, 2003.

MARCINEIRO, Nazareno. Polícia Comunitária: construindo segurança nas sociedades. Florianópolis: Insular, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999

Programa conexão e cidadania, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BTrQc7b-SCE>>. Acesso em: 20 de janeiro. 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição (1988). Brasília: Planalto do Governo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> acesso em: 20/01/2018.

RESENDE, Paula. "Quatro cidades de Goiás estão entre as 30 mais violentas do país, aponta Ipea" G1 Globo. 6 de Junho 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/noticia/quatro-cidades-de-goias-estao-entre-as-30-mais-violentas-do-pais-aponta-ipea.ghtml>>. Acesso em 2 de Fevereiro 2017.

ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha. Policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública: presente e futuro. Revista Estudos Avançados, v.20, n.56, p.91-106, 2006.

SOUSA, Reginaldo Canuto de. Introdução à Segurança Pública: reflexões sobre Polícia, Sociedade e Cidadania. Teresina: Edição do Autor, 2013.

SOUSA, Reginaldo Canuto de. Polícia Comunitária : a Participação Social na Construção da Segurança Pública Brasileira : Edição do Autor, 2015.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ZAVATARO, Bruno. A Militarização dos Aparelhos Policiais Brasileiros. Criminologia, Revista do Núcleo de Estudos em Segurança Pública e Pesquisa – NESPP, Belo Horizonte: Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, 2007.

## APÊNDICE

Questionário para a pesquisa de campo sobre a Polícia Comunitária: Definições e implantação na polícia militar do Goiás.

Questionário Conselho Comunitário de Segurança

1-Você faz parte de alguma liderança comunitária?

2 – Você conhece todos os líderes comunitários da área de atuação do Conseg?

2.2 – Se sua resposta foi negativa na questão 2, o que está faltando para que isto ocorra?

3 – Há alguma interferência externa na condução dos trabalhos do Conseg?

3.2 – Se afirmativo na questão 3, qual seria?

4 – A polícia comunitária tem como base central a relação entre a polícia e a comunidade. Você percebe se existe esta relação em sua comunidade?

4.2 – Se afirmativo na questão 4, de que forma?



- 5 – Como ficou o contato entre a polícia e a comunidade após a implantação do policiamento comunitário?
- 6 – Você observou melhora na segurança de sua comunidade após a implantação da polícia comunitária?
- 6.2 – Se afirmativo na questão 6, de que forma?
- 7 – Quais os problemas referentes a segurança pública de sua comunidade?
- 8 – Dos problemas expostos, quais os que você considera que devam ser resolvidos primeiro em sua comunidade?
- 9 – Os problemas de Segurança na comunidade da qual você atua, melhoraram ou foram resolvidos em vista da atuação policial?
- 9.2 – Se afirmativo na questão 9, de que forma?
- 10 – O que você acha que está faltando em sua comunidade para que obtenham mais segurança e melhor qualidade de vida?
- 11 – Existe algum tipo de dificuldade para o encaminhamento ou resolução de Problema que vem ao conhecimento do Conseg?
- 11.2 – Se afirmativo na questão 11, qual seria?

#### Questionário Policial Comunitário

- 1 – Você participou de algum curso preparatório para ser um policial Comunitário?
- 1.2 – Se afirmativo na questão 1, qual?
- 2 – Você é avaliado pelo serviço que realiza?
- 2.2 – Se afirmativo na questão 2, de que forma?
- 3 – Você, como policial comunitário, tem tempo suficiente para desenvolver um relacionamento de confiança mútua com as pessoas da comunidade e para gerar esforços preventivos?
- 3.2 Se sua resposta foi negativa na questão 3, de que forma?
- 4 – Sua comunidade já recebeu orientações a respeito da polícia comunitária?
- 4.2 – Se sua resposta foi negativa na questão 4, o que está faltando para que isto ocorra?
- 5 – Como ficou o contato entre a polícia e a comunidade após a implantação do policiamento comunitário?
- 6 – Você observou melhora na Segurança de sua comunidade após a implantação da polícia comunitária?
- 6.2 – Se afirmativo na questão 6, de que forma?

7 – Quais os problemas referentes à segurança pública na comunidade que você atua?

8 – Dos problemas expostos, quais os que você considera que devam ser resolvidos primeiro em sua área de atuação?

9 – Os problemas de segurança da comunidade que você atua, melhoraram ou foram resolvidos em vista da parceria da polícia com a comunidade?

9.2 – Se afirmativo na questão 9, de que forma?